



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N° (Do Sr. AUREO RIBEIRO)

DE 2025

Apresentação: 12/02/2025 18:41:16.910 - Mesa

RIC n.384/2025

Requer informação ao Ministério da Fazenda acerca do déficit de R\$ 14 bilhões apontado pelo TCU no Fundo de Previdência Complementar PREVI dos funcionários e aposentados do Banco do Brasil.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 50, § 2º, da Carta Magna e do art. 226, II, cumulado com o art. 116 e 115, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), requer-se que esta Casa solicite informações ao Exmo. Sr. **Fernando Haddad**, Ministro da Fazenda, acerca do déficit de R\$ 14 bilhões apontado pelo TCU no Fundo de Previdência Complementar PREVI.

JUSTIFICAÇÃO

O presente requer informações no tocante ao procedimento de auditoria instaurado pelo Tribunal de Contas da União – TCU para examinar o déficit de R\$ 14 bilhões no Fundo de Previdência Complementar PREVI¹.

¹ESTADÃO. Disponível em https://www.estadao.com.br/economia/tcu-aprova-abertura-auditoria-previ-urgencia/?srsltid=AfmBOoot405oHOY_UESq_QZcqlOc89OAPSseJger-jerjJewjvQmEl4j. Acessado em 10/2/2025.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

A previdência complementar desempenha um papel fundamental na segurança financeira dos trabalhadores, especialmente daqueles que dependem de fundos administrados por entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

Infelizmente, o histórico recente de gestão desses fundos tem sido marcado por escândalos de desvio de recursos e má administração, como os casos já investigados na PREVI, nos fundos de pensão dos Correios (Postalis) e da Caixa Econômica Federal (Funcef), que inclusive resultaram na instauração de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs)². Esses episódios demonstram a necessidade de fiscalização rigorosa para garantir a segurança dos recursos de milhares de trabalhadores.

Recentemente, o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou a abertura de auditoria para apurar um déficit significativo na PREVI, o que acende um alerta sobre a sustentabilidade financeira dos fundos sob sua supervisão. As notícias veiculadas³ na imprensa apontam para possíveis falhas na gestão e riscos para os participantes do sistema de previdência complementar. Diante disso, é imprescindível que este Ministério, ao qual está vinculado o Banco do Brasil, instituição responsável por gestão e fiscalização desses fundos, preste esclarecimentos sobre a real situação financeira da PREVI e as medidas que estão sendo adotadas para evitar prejuízos aos beneficiários.

Ora, a previdência complementar é essencial para garantir a segurança financeira de milhares de funcionários e aposentados do Banco do Brasil, especialmente no estado do **Rio de Janeiro**. Embora não disponhamos de números exatos de funcionários e aposentados na região, a presença significativa da instituição é evidenciada pelas quase duzentas agências

² CÂMARA. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/55a-legislatura/cpi-fundos-de-pensao>. Acessado em 10/2/2025.

³ G1. Disponível em <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2025/02/07/tcu-determina-auditoria-nas-contas-da-previ-que-em-2024-registrou-perdas-de-bilhoes-de-reais.ghtml>. Acessado em 10/2/2025.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

bancárias no estado⁴. Essa ampla rede de atendimento reflete a relevância do Banco do Brasil para a economia local e a importância de assegurar a integridade dos fundos de previdência complementar para seus colaboradores.

Dessa forma, requer-se ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda que preste os seguintes esclarecimentos:

- 1) Qual é o valor atualizado do déficit da PREVI, conforme apurado pela auditoria do TCU, e quais as razões que levaram a esse desequilíbrio financeiro?
- 2) Quais são as medidas adotadas pelo Ministério da Fazenda e pelo Banco do Brasil para reverter a situação e garantir a solidez dos fundos administrados?
- 3) Existe risco iminente de comprometimento dos pagamentos dos beneficiários desses fundos? Caso afirmativo, quais providências estão sendo tomadas?
- 4) Foram identificados indícios de má gestão ou desvios de recursos na administração da PREVI? Caso positivo, quais as ações corretivas adotadas?
- 5) Como este Ministério pretende garantir maior transparência e eficácia na fiscalização dos fundos de previdência complementar para evitar crises semelhantes no futuro?

Considerando a gravidade dos fatos e a necessidade de garantir a segurança financeira dos participantes da previdência complementar, caso as respostas fornecidas não sejam satisfatórias ou esclarecedoras, não restará outra alternativa senão a instauração de uma nova Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a situação da PREVI e outros fundos,

⁴ AGÊNCIAS. Disponível em https://www.agenciasbancarias.net/banco-do-brasil/rio-de-janeiro/rio-de-janeiro/?utm_source=chatgpt.com. Acessado em 10/2/2025.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

assegurando assim a defesa dos direitos dos trabalhadores e a integridade do sistema previdenciário.

Assim, pedimos o apoio dos pares para a aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões, em de de 2025.

**Deputado Federal AUREO RIBEIRO
Solidariedade/RJ**

